

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2018**

Proc.: 23070.001861/2018-14; Contrato nº 04/2018 entre a UFG, CNPJ: 01.567.601/0001-43, Jose Gonzalo Armijos Palacios, CPF: 520.980.521-20. Objeto: Concessão pelos organizadores de autorização, em caráter de exclusividade, ao CEGRAF/UFG para a edição do título De como fazer filosofia sem ser grego, estar morto ou ser gênio, compreendendo a reprodução, a divulgação, a publicação e a exploração da mesma, em todo o território nacional, bem como no exterior. Vigência: até 15/03/2023. UFG: Sandramara Matias Chaves - Vice-Reitora; Contratada: Jose Gonzalo Armijos Palacios.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo nº 001 ao Contrato: 050/2016. Processo: 23070.009291/2016-73. Contratante: UFG - CNPJ: 01.567.601/0001-43. Contratada: Fundação de Apoio à Pesquisa - FUNAPE - CNPJ: 00.799.205/0001-89. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato para o período de 28/02/2018 a 31/08/2018 e adequação no plano de trabalho.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº Processo: 23070.005866/2017-35 PE114/2017. Objeto: Eventual aquisição de descanço para pés. Registrador: Universidade Federal de Goiás - CNPJ: 01567601000143; Ata nº 320/2017 - Idesan Comercial Ltda-ME, CNPJ nº 21260859/000170 (Itens: 1, valor total e Global de R\$ 10.320,0000). Vigência: 365 dias a contar de sua assinatura em 30/11/2017.

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E RECURSOS HUMANOS**DEPARTAMENTO DE PESSOAL****EXTRATO DE CONVÊNIO**

Espécie: Convênio. Proc. nº 23070.005532/2017-61. Objeto: Acordo de Programa de Educação Conjunta (Diploma Duplo). Convenientes: UFG e Institut National des Sciences Appliquées de Toulouse (França). Assinatura: 28/04/2017. Validade: 28/04/2017 a 27/04/2022.

EDITAL**RETIIFICAÇÃO Nº 1 AO EDITAL Nº 12/2018**

A Pró-Reitora de Graduação, no exercício da reitoria da Universidade Federal de Goiás, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, nos termos da Lei nº 8.745, de 09/12/1993, com a redação dada pelas Leis nºs 9.849, de 26/12/1999, e 10.667, de 14/05/2003, resolve RETIFICAR no Edital nº 12/2018, publicado no D.O.U. de 21/03/2018, seção 3, páginas 68 a 71, para contratação de professor por tempo determinado:

Unidades Acadêmicas:

1. UAE de Biotecnologia/ Regional Catalão

Área/ Disciplina: Enfermagem Geral

Processo nº 23070.004518/2018-21

Regime de Trabalho: 40h

Classe do Professor - A: onde se lê: "Assistente" leia-se: "

Especialista";

Vencimento Básico+Retribuição Titulação+Auxílio

Alimentação: onde se lê: "4.838,91" leia-se: "4.010,08".

2. Instituto de Ciências Biológicas - ICB

Área/ Disciplina: Farmacologia

Processo nº 23070.003640/2018-81

Classe do Professor - A: onde se lê: "Adjunto" leia-se: "

"Assistente";

Vencimento Básico+Retribuição Titulação+Auxílio

Alimentação: onde se lê: "6.551,38" leia-se: "4.838,91".

FLÁVIA APARECIDA DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

08-AC/2018. Processo nº 23422.006156/2017-95 Partes: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); CNPJ: 11.806.275/0001-33; e Universidade Estadual de Londrina (UEL); CNPJ: 78.640.489/0001-53. Resumo do Objeto: Credenciamento do professor Eder Cristiano de Souza, docente efetivo da UNILA, ao quadro de docentes permanentes do Programa de Pós-Graduação em História Social ofertado pela UEL. Vigência: 5 (cinco) anos, a contar da data da assinatura. Data da Assinatura: 16 de março de 2018. Assinaram: pela UNILA - Gustavo Oliveira Vieira - Reitor Pro tempore; pela UEL - Berenice Quinzani Jordão - Reitora.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio de Intercâmbio Acadêmico nº 01/2018. Processo nº 23422.001229/2015-91. Partes: Universidade Federal da Integração Latino-Americana e Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Objeto: Promover intercâmbio entre estudantes da graduação e da pós-graduação, de docentes e de pessoal técnico-administrativo de ambas as universidades. Vigência: 5 anos. Data da Assinatura: 02/11/2017. Assinaram: Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira, Reitor Pro tempore da UNILA e Dr. Orestes Cachay Boza, Reitor da Universidad Nacional Mayor de San Marcos.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Acordo Marco de Cooperação nº 02/2018. Processo nº 23422.006125/2017-34. Partes: Universidade Federal da Integração Latino-Americana e Universidad de Córdoba. Objeto: Estimular e implementar programas de cooperação capazes de promover o desenvolvimento acadêmico, técnico-científico e cultural nas áreas de interesse comum. Vigência: 5 anos, podendo ser prorrogado, caso haja interesse público. Data da Assinatura: 23/11/2017. Assinaram: Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira, Reitor Pro tempore da UNILA e Dr. José Carlos Gómez Villamandos, Reitor da Universidad de Córdoba.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Acordo Marco de Cooperação nº 03/2018. Processo nº 23422.003841/2017-60. Partes: Universidade Federal da Integração Latino-Americana e Universidad Nacional de Cuyo. Objeto: Estimular e implementar programas de cooperação capazes de promover o desenvolvimento acadêmico, técnico-científico e cultural nas áreas de interesse comum. Vigência: 5 anos, podendo ser prorrogado, caso haja interesse público. Data da Assinatura: 14/12/2017. Assinaram: Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira, Reitor Pro tempore da UNILA e Engenheiro Agrônomo Daniel Ricardo Pizzi, Reitor da Universidad Nacional de Cuyo.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio de Intercâmbio Acadêmico nº 04/2018. Processo nº 23422.003841/2017-60. Partes: Universidade Federal da Integração Latino-Americana e Universidad Nacional de Cuyo. Objeto: Promover intercâmbio discente de caráter amplo no nível da graduação e pós-graduação, e intercâmbio de docentes e pessoal técnico-administrativo. Vigência: 5 anos, podendo ser prorrogado, caso haja interesse público. Data da Assinatura: 14/12/2017. Assinaram: Prof. Dr. Gustavo Oliveira Vieira, Reitor Pro tempore da UNILA e Engenheiro Agrônomo Daniel Ricardo Pizzi, Reitor da Universidad Nacional de Cuyo.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO Nº 7/2018

A UNILA, por intermédio do Pregoeiro designado, torna público que os itens que compõem o objeto da licitação supracitada foram adjudicados e homologados em nome do seguinte licitante vencedor: OFFICE VENDAS LTDA, CNPJ: 05.252.483/0001-35; os autos do processo estão disponíveis aos interessados sob nº 23422.001117/2018-47.

TIAGO LUIS BRUGNERA

Coordenador de Compras

(SIDEC - 21/03/2018) 158658-26267-2018NE800004

AVISO DE PENALIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23422.011005/2017-59.

O Pró-Reitor de Administração, Gestão e Infraestrutura da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), tendo em vista a prolação de decisão em primeira instância, comunica que foi aplicada a penalidade de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO pelo prazo de 02 (dois) meses, em desfavor da empresa CRISTIANE MABEL TEIXEIRA - CNPJ: 14.499.338/0001-44. A sanção que se pretende aplicar possui arrimo no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, baseia-se nos subitens 20.1, 20.2.3 e 20.2.5 do Pregão Eletrônico - SRP nº 37/2016 UNILA, por não manter a proposta.

Os autos estarão disponíveis para consulta junto ao Departamento de Contratos da UNILA, localizado à Av. Silvío Américo Sasdelli, nº 1.842, Vila A, Foz do Iguaçu/PR, CEP 85.866-000. Ante o exposto, fica a empresa cientificada da decisão de primeira instância, que aplicou a sanção indicada, em razão da preclusão do prazo recursal.

WAGNER MIYAMURA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ**EXTRATO DE CONVÊNIO**

Processo nº 23499.001329/2017-95 - Convênio entre a UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - CNPJ/MF: 21.040.001/0001-30 e a PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS - CNPJ/MF: 18.629.840/0001-83, com intervenção da FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DE ITAJUBÁ - CNPJ/MF: 00.662.065/0001-0. Objeto: Execução do projeto intitulado "Plano de Mobilidade de Poços de Caldas - PLANMOB". Vigência: 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura. Data da assinatura: 16 de março de 2018.

EDITAL Nº 15, DE 21 DE MARÇO DE 2018 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DE CONCURSO PÚBLICO

O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Itajubá, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Reitor, através da Portaria nº 806, de 10/05/2017, publicada no DOU de 11/05/2017 e de acordo com o art. 16 e Anexo II do Decreto nº 6.944/2009, torna público e homologa o resultado do concurso público para o cargo de Professor de Magistério Superior, Classe A, com denominação de Professor Adjunto A, realizado conforme Edital nº 16/2017, publicado no DOU de 01/11/2017, na área de SISTEMAS AERONÁUTICOS, Campus de Itajubá:

Não houve candidato aprovado.

ROGÉRIO FRAUENDORF DE FARIA COIMBRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**EDITAL Nº 127, DE 19 DE MARÇO DE 2018 CONCURSO PÚBLICO PARA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR**

A Reitora em exercício da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com base na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei 8.112/90 e suas alterações, na Lei 12.772/2012 e suas alterações, nos termos do Decreto 6.944/2009 e suas alterações, do Decreto 7.485/2011 e suas alterações, e na Resolução Complementar 02/2013 do Conselho Universitário, resolve tornar público que, consoante o prazo abaixo especificado, serão recebidas inscrições de candidatos ao Concurso Público de Provas e Títulos para provimento efetivo de vaga(s) da Carreira de Magistério Superior, na CLASSE A, com a denominação de PROFESSOR ADJUNTO A, Nível 1, lotada(s) nesta Universidade e destinada(s) ao DEPARTAMENTO DE SAÚDE MENTAL DA FACULDADE DE MEDICINA, de acordo com a seguinte discriminação:

1. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Atividades pertinentes à pesquisa, ensino no nível superior e extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura e atividades inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

Quadro 1 - Quadro de especificação da(s) vaga(s)

Número de vaga(s)	01 (uma)
Área de conhecimento	Saúde Mental na Atenção Básica
Regime de trabalho	40 (quarenta) horas semanais, em tempo integral, com dedicação exclusiva.
Titulação	Doutorado em Ciências da Saúde ou Ciências Biológicas, com graduação em Medicina para atendimento à Lei nº 12.842/2013
Perfil desejado do candidato	Possuir Residência Médica em Psiquiatria e atuar na docência dos estudantes de Medicina em diversos cenários de prática, como ambulatoriais e postos de saúde. O candidato deverá demonstrar capacidade para supervisionar residentes de psiquiatria em ambulatoriais ou ambientes hospitalares. Deverá ainda demonstrar competência para atuar como pesquisador independente na área
Inscrição	Período de inscrição: Até 30 (trinta) dias a partir da publicação do Edital. Endereço: Secretaria Geral da Faculdade de Medicina da UFMG Av. Professor Alfredo Balena, 190 - sala 081 - andar térreo - Santa Efigênia - Belo Horizonte/MG - CEP 30.130-100 Horário: Das 08:30 às 11:30 e das 14:00 às 16:00, nos dias úteis. Contato: Telefone(s): (31) 3409-9633 / (31) 3409-9956 Correio eletrônico: secgeral@medicina.ufmg.br
Endereço da página eletrônica onde consta o(s) programa(s), quando for o caso, e demais informações do Concurso	www.medicina.ufmg.br
Tipos de prova	Prova de Títulos, Prova Didática e Arguição de Memorial.
Período de realização do Concurso/Datas prováveis para realização das provas	De 30 (trinta) a 90 (noventa) dias, contados a partir da data de encerramento das inscrições.

2. DA(S) VAGA(S)

2.1. O Concurso visa ao provimento da(s) vaga(s) especificada(s) no Quadro 1 deste Edital.

2.2. O turno de trabalho diurno e/ou noturno do(s) candidato(s) nomeado(s) será definido pelo Departamento/Unidade. As atividades serão desenvolvidas no horário de acordo com a necessidade do Departamento/Unidade, sem direito de opção pelo candidato nomeado.

3. DA REMUNERAÇÃO

A remuneração inicial será composta pelo Vencimento Básico e pela Retribuição por Titulação (RT), conforme apresentada na Tabela abaixo:

Tabela referente à remuneração do Cargo

Vencimento básico (RS)	Titulação	Retribuição por Titulação (RS)	Remuneração (RS)
4.455,22	Doutorado	5.130,45	9.585,67

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. O prazo de inscrição terá início a partir da publicação deste Edital.

4.2. As inscrições deverão ser realizadas no local, horário e período especificados no Quadro 1 deste Edital.

4.3. A taxa de inscrição, no valor de R\$ 215,99 (duzentos e quinze reais e noventa e nove centavos), deverá ser paga no Banco do Brasil S/A, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida através da página eletrônica www.tesouro.fazenda.gov.br, com os seguintes dados: Unidade Gestora: 153289, Gestão: 15229, Código de Recolhimento: 28883-7.

4.4. A inscrição somente será aceita mediante a confirmação do pagamento da taxa de inscrição.

4.5. Em hipótese alguma, o valor referente ao pagamento da taxa de inscrição será devolvido, salvo no caso de cancelamento do certame por conveniência da UFMG.

4.6. O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

a) Termo de requerimento de inscrição devidamente preenchido e assinado;

b) Carteira de Identidade ou outra prova de ser brasileiro nato ou naturalizado e, no caso de estrangeiro, documento de identificação (original e cópia);

c) Comprovação de quitação com o Serviço Militar, quando for o caso, e com a Justiça Eleitoral, dispensável no caso de candidatos estrangeiros;

d) Comprovante de endereço para recebimento de correspondência (original e cópia);

e) Comprovante do pagamento ou da isenção da taxa de inscrição;

f) Sete cópias do "currículo vitae";

g) Sete exemplares do Memorial.

4.6.1. O candidato travesti ou transexual (pessoa que se identifica e quer ser reconhecida socialmente, em consonância com sua identidade de gênero) que desejar ser atendido pelo NOME SOCIAL poderá solicitá-lo no ato da inscrição. Neste caso deverá dispor de documentos comprobatórios da condição que motiva a solicitação de atendimento.

4.6.2. Não serão aceitas outras formas de solicitação de atendimento pelo nome social, tais como: via postal, telefone, fax ou correio eletrônico.

4.6.3. A UFMG reserva-se o direito de exigir, a qualquer tempo, documentos que atestem a condição que motiva a solicitação de atendimento declarado.

4.7. Os documentos comprobatórios do "currículo vitae" deverão ser apresentados em via única, numerados sequencialmente e, preferencialmente, na mesma sequência apresentada no "currículo vitae", até dez dias após a data final das inscrições.

4.8. O candidato portador de deficiência deverá, no ato da inscrição, informar a deficiência e se necessita de condições especiais para a realização das provas.

4.9. Em caso de inscrição por procuração, o procurador do candidato deverá apresentar documentação original de identificação com foto, bem como fornecer seu endereço e telefone para contato.

4.10. O candidato inscrito receberá, juntamente com o Protocolo de Inscrição, cópia deste Edital; do programa integral do Concurso, quando for o caso; da Resolução nº 13/2010, do Conselho Universitário; da Resolução Complementar nº 02/2013, do Conselho Universitário e de outros documentos e demais informações consideradas pertinentes pelo Diretor da Unidade, que deverão ser considerados parte integrante deste Edital.

4.11. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital, das leis e regulamentos aplicáveis e das instruções específicas para o Cargo, das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.12. O candidato é responsável pela exatidão e veracidade de informações prestadas no ato da inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, falhas ou omissões no preenchimento de qualquer campo necessário à inscrição.

4.13. A relação nominal dos candidatos inscritos será afixada no local de inscrição e divulgada na página eletrônica da Unidade, bem como do Departamento, se houver.

4.14. Os Requerimentos de Inscrição serão despachados pelo Diretor da Unidade, que decidirá sobre a aceitação de cada um deles, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data imediatamente posterior ao dia do encerramento das inscrições, ressalvado o disposto nos parágrafos 2º e 4º do artigo 5º da Resolução Complementar nº 02/2013.

5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. De acordo com o artigo 1º do Decreto nº 6.593, de 02/10/2008, o candidato poderá solicitar isenção da taxa de inscrição, declarando que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.134, de 26/06/2007 e informando, no ato de inscrição, o seu Número de Identificação Social (NIS) atribuído pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

5.2. A isenção mencionada no item 5.1 deverá ser solicitada mediante requerimento, até o 5º dia útil após o início do período de inscrição, devendo ser encaminhada com documentação comprobatória.

5.3. A UFMG, por meio do Número de Identificação Social (NIS), procederá à consulta ao órgão competente, podendo o candidato ter seu pedido Deferido ou Indeferido, de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 6.593/2008.

5.4. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 83.936, de 06/09/1979.

5.5. O resultado dos pedidos de isenção será divulgado oficialmente até dois dias úteis após o término do período previsto para o pedido de isenção, por e-mail dirigido ao candidato interessado.

5.6. O candidato que tiver o seu pedido de isenção indeferido deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição conforme o disposto no item 4 deste Edital.

6. DO INÍCIO DO CONCURSO

6.1. O início do Concurso está indicado no Quadro 1 deste Edital.

6.2. Os candidatos serão convocados para a realização das provas, pessoalmente e por Edital, a ser fixado em quadro de avisos da Unidade, com antecedência mínima de quinze dias.

6.3. Será encaminhada a cada um dos candidatos inscritos, juntamente com a convocação pessoal, cópia da Portaria do Diretor da Unidade, designando os membros da Comissão Examinadora, cujos nomes serão previamente divulgados, como determinado no parágrafo único do artigo 12 da Resolução Complementar nº 02/2013, bem como cópia de eventual Portaria em que se especificarem alterações na composição da referida Comissão.

6.4. De acordo com a Ação Civil Pública nº 69678-37.2010.4.01.3800 estão impedidos de participar da Comissão Examinadora integrantes que mantenham ou tenham mantido, no interregno de 05 (cinco) anos anteriores à publicação deste Edital, vínculo de natureza acadêmica, em nível de pós-graduação, com os candidatos inscritos.

6.5. O membro da Comissão Examinadora que se enquadre no disposto no item anterior deverá declarar-se impedido devendo a substituição ser determinada pelo Diretor da Unidade.

6.6. A não observância do disposto nos itens 6.4 e 6.5 implicará a nulidade do presente concurso, em qualquer fase que este se encontre.

6.7. Considera-se convocação pessoal a que for encaminhada, com comprovante de postagem, para o endereço fornecido pelo candidato, no ato da inscrição.

6.8. O Concurso será iniciado mediante sessão pública de instalação da Comissão Examinadora, presidida pelo Chefe do Departamento ou autoridade pertinente.

6.9. Na sessão de instalação, a Comissão Examinadora:
I- escolherá seu Presidente, o qual escolherá o seu secretário, dentre os membros que a compõem;

II- apurará a presença dos candidatos em lista própria, mediante coleta de assinaturas;

III- sorteará a ordem de participação dos candidatos nas provas, cuja realização não seja simultânea, ressalvado o disposto no artigo 34 da Resolução Complementar nº 02/2013.

6.10. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de prova e o comparecimento no horário determinado.

6.11. O não comparecimento do candidato na sessão de abertura determinará sua eliminação do Concurso.

6.12. Após instalada, a Comissão Examinadora estabelecerá o cronograma, o tempo destinado a cada prova, a ordem das provas, fixando o dia, a hora e o local de sua realização, e divulgará tais informações na entrada do local da instalação, disponível ao conhecimento do público.

6.13. Será automaticamente eliminado do Concurso o candidato que durante a realização das provas for flagrado em tentativa de fraude, desrespeito aos membros da Comissão Examinadora, bem como à Comunidade Universitária.

7. DAS PROVAS

7.1. O Concurso compreenderá a realização de Provas e o Julgamento de Títulos, conforme especificado no Quadro 1 deste Edital.

7.2. O candidato que não comparecer a qualquer uma das provas ou sessões para as quais for convocado, nos dias, horários e locais estabelecidos pela Comissão Examinadora, será automaticamente eliminado do Concurso.

7.3. A Comissão Examinadora apurará a presença dos candidatos em lista própria, mediante coleta de assinaturas, em cada etapa ou prova.

7.3.1. Quando da realização da primeira prova do concurso, o candidato deverá, obrigatoriamente, apresentar documento oficial e original de identidade com fotografia e assinatura.

7.4. Serão públicas as sessões de realização de Prova Didática, de Arguição de Memorial, de Arguição Oral, de Apresentação de Seminário, conforme o caso, e de apuração final do resultado do Concurso.

7.4.1. As sessões públicas de realização de Prova Didática, de Arguição de Memorial, de Arguição Oral, de Apresentação de Seminário, conforme o caso, serão gravadas.

7.4.1.1. O candidato deverá assinar termo de consentimento para gravação das provas orais previstas no certame.

7.4.2. É vedado ao candidato assistir à realização das provas dos demais candidatos.

7.5. Da Prova de Títulos

7.5.1. A Prova de Títulos será avaliada segundo os critérios de análise dos quesitos apresentados na tabela, constante da Resolução Complementar nº 02/2013, única para a UFMG, independentemente da área de conhecimento da vaga submetida a Concurso Público.

Tabela dos valores, superior e inferior, da pontuação-máxima atribuível na avaliação de cada um dos quesitos da Prova de Títulos

Quesito	Faixa de pontuação-limite
Títulos acadêmicos	De 10 a 40
Experiência docente	De 15 a 40
Produção científica, técnica, artística e cultural na área	De 20 a 40
Administração acadêmica / experiência profissional não docente	De 10 a 40
Distinções	De 00 a 10

7.5.2. A Tabela de Pontuação da Prova de Títulos, estabelecida para este Concurso pela Câmara Departamental ou estrutura equivalente, contendo tanto a Pontuação Limite para cada um dos quesitos, respeitando a respectiva faixa de Pontuação-Limite e o total de cem pontos, quanto os critérios de análise de cada quesito e sua respectiva pontuação, está apresentada abaixo.

Tabela de Pontuação da Prova de Títulos

Quesitos / Critérios de análise	Pontuação (unidade)	Pontuação (máxima)
Quesito: TÍTULOS ACADÊMICOS		
Residência médica concluída, reconhecida pelo MEC, em Psiquiatria	12	12
Residência médica concluída, reconhecida pelo MEC, em especialidade que não seja Psiquiatria	2	4
Mestrado concluído	2	4
Doutorado concluído	4	4
Pós-doutorado no Brasil (mínimo de 12 meses)	1	2
Pós-doutorado no exterior (mínimo de 6 meses)	1	2
Pontuação limite do quesito		
	20	
Quesito: EXPERIÊNCIA DOCENTE		
Experiência docente formal em Psiquiatria em Instituição Pública de Ensino Superior (IPES) - por ano	2,5	15
Experiência docente formal em Medicina, que não seja Psiquiatria (IPES) - por ano	1	6
Experiência docente formal em Psiquiatria (não IPES) - por ano	2	12
Experiência docente formal em Medicina, que não seja Psiquiatria (não IPES) - por ano	0,5	3



Experiência docente em pós-graduação <i>stricto sensu</i> (IPES) - por ano	1,25	7,5
Preceptorial em Residência Médica Psiquiatria credenciada pelo MEC - por ano	2	10
Orientação doutorado <i>stricto sensu</i> - concluído: 3 pontos; em andamento: 1,5 ponto		6
Coorientação doutorado <i>stricto sensu</i> - concluído: 1,5 ponto; em andamento: 0,75 ponto		3
Orientação mestrado <i>stricto sensu</i> - concluído: 1,5 ponto; em andamento: 0,75 ponto		3
Coorientação mestrado <i>stricto sensu</i> - concluído: 0,75 ponto		1,5
Orientação de iniciação científica formalizada - por aluno	1	3
Orientações diversas (Trabalho de conclusão de curso - TCC ou tutoria ou outras) - por aluno	0,5	2
Pontuação limite do quesito	35	
Quesito: PRODUÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA, ARTÍSTICA E CULTURAL NA ÁREA		
Primeiro autor ou autor sênior de artigo em periódico Qualis A1	3	18
Coautor de artigo em periódico Qualis A1	2	12
Primeiro autor ou autor sênior de artigo em periódico Qualis A2	2	12
Coautor de artigo em periódico Qualis A2	1	6
Primeiro autor ou autor sênior de artigo em periódico Qualis B1	1	6
Coautor de artigo em periódico Qualis B1	0,5	3
Primeiro autor ou autor sênior de artigo em periódico Qualis B2 a B5	0,5	3
Coautor de artigo em periódico Qualis B2 a B5	0,25	1,5
Primeiro autor ou autor sênior de artigo em periódico Qualis B3 a B5	1	10
Coautor de artigo em periódico Qualis B3 a B5	0,5	10
Autor de livro	5	10
Organização de livro	2	4
Autoria de capítulo de livro	0,5	3
Apresentação oral de tema livre ou palestra em evento internacional	1	3
Apresentação oral de tema livre ou palestra em evento nacional	0,5	2
Pesquisador Produtividade em pesquisa CNPq IA	10	10
Pesquisador Produtividade em pesquisa CNPq IB	8	8
Pesquisador Produtividade em pesquisa CNPq IC	6	6
Pesquisador Produtividade em pesquisa CNPq ID	4	4
Pesquisador Produtividade em pesquisa CNPq II	2	2
Pontuação limite do quesito	35	
Quesito: ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA / EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO DOCENTE		
Atividade ambulatorial em Psiquiatria - por ano	1	6
Atividade hospitalar em Psiquiatria - por ano	12	6
Membro titular em banca (doutorado - 1 ponto; mestrado - 0,5 ponto; qualificação - 0,5 ponto)		4
Coordenador de projeto de extensão	1	4
Coordenador de serviço/Residência médica em Psiquiatria credenciada (mínimo 1 ano) - por ano	2	8
Membro de corpo editorial de periódico	1	3
Revisor de periódico	0,5	2
Diretoria de associação de classe (mínimo 2 anos)	2	2
Diretoria de associação científica (mínimo 2 anos)	2	2
Chefia de departamento em IPES (mínimo 2 anos) - para cada 2 anos	4	8
Diretor de Unidade em IPES (mínimo 2 anos)	8	8
Pontuação limite do quesito	10	
Quesito: DISTINÇÕES		
Pontuação limite do quesito	0	
TOTAL		100

7.5.3. A Comissão Examinadora atribuirá a nota final obtida na Prova de Títulos a cada candidato, numa escala de zero a cem pontos, detalhando a pontuação atribuída a cada quesito, respeitada a pontuação-limite de cada um, observado o disposto no artigo 41 da Resolução Complementar nº 02/2013.

7.6. Da Prova Didática

7.6.1. A Prova Didática consistirá em aula sobre ponto contido em lista organizada pela Comissão Examinadora, com base no programa do Concurso, a ser sorteado pelo menos vinte e quatro horas antes do início da prova, à qual se seguirá uma arguição oral pela referida Comissão.

7.6.1.1. A Comissão Examinadora poderá agrupar os candidatos, a seu critério, para fins de sorteio de ponto e de realização da Prova Didática.

7.6.1.2. O agrupamento previsto no parágrafo 1º do artigo 34 da Resolução Complementar nº 02/2013 deverá garantir a todos os candidatos, pelo menos, o tempo previsto no caput deste artigo, para preparo da Prova Didática.

7.6.1.3. O agrupamento previsto no parágrafo 2º do artigo 34 da Resolução Complementar nº 02/2013 deverá garantir que todos os candidatos estejam no local das provas no horário indicado da primeira aula.

7.6.1.4. A ordem de apresentação será feita mediante sorteio na presença de todos os candidatos, comprovado por assinatura em lista de presença, no horário indicado para o início da primeira aula.

7.6.2. Na Prova Didática serão garantidos ao candidato cinquenta minutos para a exposição do tema.

7.6.2.1. Após a exposição oral do tema, a Comissão Examinadora arguirá o candidato pelo tempo estabelecido no cronograma.

7.6.2.2. O descumprimento dos prazos previstos no caput e no parágrafo 1º do artigo 35 da Resolução Complementar nº 02/2013 não acarretará, por si só, a anulação da Prova nem a desclassificação do candidato.

7.6.2.3. A Comissão Examinadora avaliará na Prova Didática, tanto o domínio pelo candidato do tema sorteado quanto sua capacidade de organização e exposição de ideias, no espaço de tempo garantido.

7.6.2.4. A Prova Didática será avaliada de acordo com os critérios definidos pela Comissão Examinadora.

7.7. Da Arguição de Memorial

7.7.1. A Arguição de Memorial consistirá em uma exposição escrita e oral pelo candidato, orientada por uma perspectiva crítico-analítica, sobre as atividades por ele desenvolvidas, que deverá conter todos os aspectos significativos de sua trajetória profissional ou acadêmica, podendo ser complementada, quando couber, por outros meios de expressão.

7.7.2. O Memorial deverá:

I) apresentar, de maneira organizada, a contribuição do candidato para cada uma das áreas em que sua atuação profissional ou acadêmica tenha sido relevante;

II) estabelecer os pressupostos teóricos e os marcos conceituais dessa atuação;

III) discutir os resultados alcançados;

IV) sistematizar a importância da contribuição realizada;

V) identificar os possíveis desdobramentos e as consequências dessa contribuição.

7.7.3. O candidato apresentará oralmente os aspectos que julgar mais relevantes em seu Memorial à Comissão Examinadora que o arguirá, e avaliará:

I) a metodologia utilizada;

II) o domínio dos temas e ideias que tenham dado sustentação aos trabalhos desenvolvidos, com ênfase em sua contribuição para a área de conhecimento objeto do Concurso;

III) a contemporaneidade, extensão, profundidade e evolução dos conhecimentos do candidato na área objeto do Concurso;

IV) a pertinência, adequação e atualidade das referências bibliográficas utilizadas;

V) a relevância das atividades realizadas, bem como a contribuição científica, técnica ou artística do candidato para a área de conhecimento considerada;

VI) as experiências que revelem liderança acadêmica;

VII) a participação em programas de Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como em atividades de administração universitária;

7.7.4. A avaliação da Arguição de Memorial será realizada de acordo com os critérios definidos pela Comissão Examinadora para os quesitos relacionados nos incisos do § 2º do artigo 36 da Resolução Complementar nº 02/2013.

7.7.5. Na Arguição de Memorial será garantido ao candidato cinquenta minutos para a exposição do tema.

7.7.6. Após a exposição oral do tema, a Comissão Examinadora arguirá o candidato pelo tempo estabelecido no cronograma.

7.7.7. O descumprimento dos prazos previstos no caput e no § 1º do artigo 37 da Resolução Complementar nº 02/2013 não acarretará, por si só, a anulação da Prova nem a desclassificação do candidato.

8. DA ATRIBUIÇÃO DAS NOTAS

8.1. Cada Examinador, individualmente, atribuirá a cada um dos candidatos, em cada prova do Concurso, uma nota em número inteiro, numa escala de zero a cem pontos.

8.2. Sempre que julgar necessário, a Comissão Examinadora poderá reunir-se, para estabelecer critérios de uniformização do julgamento e de atribuição de notas.

8.3. Após a atribuição de notas aos candidatos, em todas as provas previstas para o Concurso, cada um dos Examinadores deverá:

I- dar peso um às notas de todas as provas realizadas;

II- calcular a nota final de cada um dos candidatos, mediante a extração das médias das notas atribuídas a cada um deles;

III- classificar os candidatos pela sequência decrescente das médias apuradas;

IV- colocar em envelopes individuais, que deverão ser lacrados e rubricados, as tabelas que contenham as notas, as médias e lista contendo a classificação de cada um dos candidatos, como previsto nos incisos anteriores.

8.4. As médias serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, caso ele seja inferior a cinco, e aumentando-o para o número subsequente, se for igual ou superior a cinco.

8.5. Ocorrendo empate, o desempate se dará, sucessivamente, pela nota atribuída pelos Examinadores, em cada prova, conforme o caso, nesta ordem:

a) Prova Didática ou Apresentação de Seminário ou Prova Prática ou Arguição de Memorial;

b) Prova de Títulos;

c) Prova Escrita.

9. DA APURAÇÃO DO RESULTADO

9.1. A apuração do resultado do Concurso será realizada em sessão pública.

9.2. Os envelopes lacrados, contendo as notas de cada um dos Examinadores, serão abertos, um a um, pelo Presidente da Comissão Examinadora, que lerá, em voz alta, o nome do Examinador, o nome do candidato, a identificação da prova, a nota atribuída, e a classificação obtida pelo candidato.

9.3. O Secretário da Comissão Examinadora anotará, em local visível a todos os presentes, as notas lidas pelo Presidente.

9.4. Concluída a leitura das notas, o Presidente da Comissão Examinadora verificará quais candidatos obtiveram, de três ou mais Examinadores, a média igual ou superior a setenta pontos, que serão considerados aprovados, enquanto os demais serão considerados reprovados.

9.5. Os candidatos aprovados serão classificados da seguinte forma:

I- cada Examinador fará uma lista dos candidatos aprovados, em ordem decrescente de suas respectivas médias, considerados os critérios de desempate de acordo com o parágrafo 2º do artigo 42 da Resolução Complementar nº 02/2013, quando for o caso;

II- para cada Examinador, será considerado indicado aquele candidato que constar do topo de sua lista;

III- ficará classificado em primeiro lugar o candidato indicado pelo maior número de Examinadores;

IV- retirado das listas o candidato classificado em primeiro lugar, será classificado em segundo lugar o candidato que alcançar o maior número de posições no topo das listas dos Examinadores, dentre os candidatos remanescentes;

V- o mesmo procedimento acima será usado sucessivamente para todas as classificações, até o último candidato aprovado.

9.6. Na hipótese de ocorrer empate de notas, como critérios de desempate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

9.6.1. tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece a Lei nº 10.741/2003 (Lei do Idoso), sendo considerado para esse fim, a data de realização das provas;

9.6.2. tiver a maior média aritmética simples das notas finais atribuídas pelos Examinadores;

9.6.3. tiver a maior média aritmética das notas atribuídas pelos Examinadores em cada prova, observado o disposto no artigo 42 da Resolução Complementar nº 02/2013;

9.6.4. tiver maior idade;

9.6.5. permanecendo ainda o empate, o desempate ocorrerá por sorteio a ser realizado publicamente, durante a sessão de apuração final do resultado do Concurso.

9.7. Após a promulgação do resultado, será elaborado o Parecer Final da Comissão Examinadora, que conterà, obrigatoriamente:

I- os quadros de notas e médias atribuídas pelos Examinadores, individualmente, a cada candidato, com a identificação nominal de todos os concorrentes e dos Examinadores;

II- a relação nominal dos candidatos aprovados;

III- o(s) nome(s) do(s) candidato(s) indicado(s) para assumir a(s) vaga(s) em Concurso.

9.8. O Parecer Final da Comissão Examinadora deverá registrar a justificativa de cada um de seus componentes, para as notas atribuídas aos candidatos, avaliados individualmente.

9.9. O Secretário da Comissão Examinadora lavrará ata de cada prova e sessão do Concurso, as quais serão assinadas por todos os membros da referida Comissão.

9.10. Concluídos os trabalhos e lavradas as atas, a Comissão Examinadora divulgará os resultados em sessão pública final, em horário e data que serão comunicados aos candidatos, durante a realização do Concurso.

10. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

10.1. O Parecer Final da Comissão Examinadora, com resultado final do Concurso, será submetido, findo o prazo de recurso, à consideração da Câmara Departamental.

10.2. Será publicado no Diário Oficial da União o Edital de resultado final do Concurso público, com a relação dos candidatos aprovados no certame, obedecendo aos limites estabelecidos no Anexo II do Decreto nº 6.944/2009, por ordem de classificação.

10.3. Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21/08/2009, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no Concurso público.

10.4. Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados serão considerados reprovados nos termos do artigo 16 do Decreto nº 6.944/2009.

11. DA INVESTIDURA NO CARGO

11.1. A aprovação no Concurso não assegura ao candidato o direito de ingresso no quadro de servidores da UFMG, mas apenas expectativa de direito à investidura, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do Concurso e da apresentação da documentação exigida em lei.

11.2. A posse do candidato aprovado observará o limite de vagas estabelecidas no presente Edital, exceto se a ampliação desse limite for autorizada pelo órgão competente para tal fim.

11.3. Sem prejuízo da documentação apresentada por ocasião da inscrição, o candidato nomeado e convocado deverá apresentar os seguintes documentos no ato da posse: a) Formulário de Declaração de Bens e Rendias - DBR (anexo I) ou Formulário de Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendias das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física (anexo II), conforme dispõe a Instrução Normativa - TCU Nº 67, de 06/07/2011, publicada no DOU de 08/07/2011; b) Declaração quanto ao exercício, ou não, de outro cargo, emprego ou função públicos; c) Declaração de que não é beneficiário do Seguro Desemprego, de que trata a Lei nº 7.998/1990; d) Prévia inspeção médica oficial; e) Comprovação, quando for o caso, de obtenção da nacionalidade brasileira ou do Visto Permanente; f) Comprovação de quitação com o Serviço Militar, quando for o caso, e com a Justiça Eleitoral, dispensável no caso de estrangeiro; g) Certificado de Igualdade e de Outorga do Gozo de Direitos Políticos, emitido pelo Ministério da Justiça, se português equiparado; h) Carteira de Identidade; i) Carteira de Trabalho e Previdência Social; j) Certidão de Nascimento ou Casamento; k) CPF; l) PIS ou PASEP, se já cadastrado; m) Grupo

Sanguíneo e Fator Rh; n) Plano de trabalho; o) Comprovação dos graus acadêmicos obtidos.

11.4. O candidato nomeado somente será empossado se for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo, por Médico Oficial da UFMG.

11.5. A admissão do candidato far-se-á no Regime de Trabalho especificado para a(s) vaga(s), e segundo o Regime Jurídico Único do Servidor Público Federal, Lei nº 8.112/1990, e o disposto na Lei nº 12.772/2012, alterada pela Lei nº 12.863/2013.

11.6. A efetivação no regime de Dedicção Exclusiva estará condicionada à apresentação de plano de trabalho individual, aprovado pela Câmara Departamental própria e submetido à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

11.7. O candidato nomeado para o cargo de provimento efetivo fica sujeito, nos termos do artigo 41, "caput", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão, capacidade e desempenho no cargo serão objetos de avaliação pela Congregação da Unidade, posteriormente homologada pelo dirigente máximo da instituição.

11.8. A posse do candidato aprovado deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias, contados da data da publicação do ato de provimento no Diário Oficial da União.

11.9. O candidato aprovado, depois de empossado em cargo público, deverá entrar em exercício no prazo máximo de quinze dias, contados da data da posse.

11.10. O prazo de validade do Concurso será de 6 (seis) meses, contados a partir do dia subsequente à publicação do Edital de Homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do órgão interessado no certame, de acordo com o artigo 12 da Lei nº 8.112/1990.

11.11. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação e/ou notas, valendo para tal fim a homologação do resultado final do Concurso publicada no Diário Oficial da União.

12. DOS RECURSOS

12.1. Caberá recurso à instância imediatamente superior contra qualquer ato praticado por autoridade ou Órgão competente, por estrita arguição de ilegalidade, com base na Resolução nº 13/2010, do Conselho Universitário, que cuida dos procedimentos a serem observados para interposição de recurso pelo candidato.

12.2. Os recursos serão apresentados à Congregação, em última instância, contra a homologação ou a anulação total ou parcial do Concurso, no prazo de dez dias, contados a partir de sua divulgação oficial por Edital afixado em local público e visível ou por publicação em órgão de comunicação, interno ou externo à Universidade.

12.2.1. O Diretor da Unidade deverá cientificar os demais candidatos do respectivo concurso sobre a interposição de recurso, disponibilizar, para consulta, o inteiro teor da documentação apresentada pelo recorrente, e solicitar que, caso queiram, se manifestem no prazo de dez dias, apresentando suas alegações.

12.2.2. A decisão do órgão competente deverá ser precedida por exame e parecer de relator(es) indicado(s) pela autoridade ou órgão competente.

12.3. A autoridade que preside o Órgão a que for apresentado o pedido de reconsideração ou de interposição de recurso decidirá, em exame preliminar, sobre os requisitos de sua admissibilidade.

12.3.1. O pedido de reconsideração e a interposição de recurso somente serão recebidos:

I- por escrito;

II- dentro do prazo;

III- pelo órgão competente;

IV- por quem seja legitimado;

V- pessoalmente, mediante protocolo.

12.3.2. O pedido deve ser protocolizado perante a autoridade ou órgão contra o qual se interpõe o recurso ou o pedido de reconsideração.

12.3.3. Na hipótese de sua admissibilidade, o pedido de reconsideração ou o recurso será julgado, observado o disposto no artigo 126 do Regimento Geral da UFMG.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Os prazos expressos em dias, no presente Edital, serão contados de modo contínuo.

13.2. A contagem do prazo exclui o dia do começo e inclui o dia do vencimento.

13.3. Quando a data inicial ou final coincidir com dia em que não houver expediente na Secretaria do órgão pertinente ou em que o expediente for encerrado antes do horário normal, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.4. O Concurso não será interrompido em caso de falha técnica na(s) página(s) eletrônica(s) citada(s) no presente Edital.

13.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais.

SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA

~~EDITAIS DE 19 DE MARÇO DE 2018
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO
SELETIVO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO~~

~~A Reitora em exercício da Universidade Federal de Minas Gerais, em cumprimento ao disposto no art. 16, do Decreto nº 6.944, de 21/08/2009, divulga a homologação do resultado final do processo seletivo para o cargo de Professor Substituto do Grupo de Magistério Superior, abaixo discriminado~~

~~Nº 123 - Unidade: Escola de Belas Artes
Departamento: Fotografia, Teatro e Cinema
Área de Conhecimento: Produção e Desenvolvimento em
Arte Computacional~~

~~Edital: nº 68, de 06/02/2018, publicado no DOU de
07/02/2018~~

~~Vagas: 01 (uma)~~

~~Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais~~

~~Classificação:~~

~~1º lugar: Henrique Roseo Correa Pinto~~

~~Data de Homologação Interna: 05/03/2018~~

~~Nº 124 - Unidade: Faculdade de Farmácia~~

~~Departamento: Produtos Farmacêuticos~~

~~Área de Conhecimento: Farmacologia~~

~~Edital: nº 51, de 26/01/2018, publicado no DOU de
29/01/2018~~

~~Vagas: 01 (uma)~~

~~Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais~~

~~Classificação:~~

~~1º lugar: Ana Carolina Guimarães Ribeiro~~

~~2º lugar: Cristina da Costa Oliveira~~

~~3º lugar: Renata Cristina Mendes Ferreira~~

~~Data de Homologação Interna: 05/03/2018~~

~~Nº 125 - Unidade: Instituto de Ciências Exatas~~

~~Departamento: Matemática~~

~~Área de Conhecimento: Matemática~~

~~Edital: nº 57, de 30/01/2018, publicado no DOU de
31/01/2018~~

~~Vagas: 01 (uma)~~

~~Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais~~

~~Classificação:~~

~~1º lugar: Leonardo Guerini de Souza~~

~~2º lugar: Lilian Batista de Oliveira~~

~~3º lugar: Yackelin Zullibeth Rodriguez Lopez~~

~~4º lugar: Natalia Salome Moller~~

~~5º lugar: Victor Mielly Oliveira Batista~~

~~Data de Homologação Interna: 09/03/2018~~

~~SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA~~

~~EDITAL Nº 126, DE 19 DE MARÇO DE 2018
PRORROGAÇÃO DE VALIDADE DO PROCESSO
SELETIVO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO~~

~~A Reitora em exercício da Universidade Federal de Minas
Gerais, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve
PRORROGAR, a partir de 28/03/2018, pelo período de 06 (seis)
meses, o prazo de validade do processo seletivo para provimento
de cargo na classe de PROFESSOR SUBSTITUTO do
Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas:~~

~~- Área de Conhecimento: Teoria Psicanalítica:
fundamentos de metapsicologia freudiana. Edital nº 503/2017, de
14/08/2017, publicado no DOU de 15/08/2017, Seção 03, página
57; homologado pelo Edital nº 585/2017, de 27/09/2017, publicado
no DOU de 28/09/2017, Seção 3, página 50.~~

~~SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA~~

~~EDITAL Nº 128, DE 19 DE MARÇO DE 2018
CONCURSO PÚBLICO PARA CARREIRA DE MAGISTÉRIO
SUPERIOR~~

~~A Reitora em exercício da Universidade Federal de Minas
Gerais, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com base na
Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei 8.112/90 e suas
alterações, na Lei 12.772/2012 e suas alterações, nos termos do
Decreto 6.944/2009 e suas alterações, do Decreto 7.485/2011 e suas
alterações, e na Resolução Complementar 02/2013 do Conselho
Universitário, resolve tornar público que, consoante o prazo abaixo
especificado, serão recebidas inscrições de candidatos ao Concurso
Público de Provas e Títulos para provimento efetivo de vaga(s) da
Carreira de Magistério Superior, na CLASSE A, com a denominação
de PROFESSOR ADJUNTO A, Nível I, lotada(s) nesta Universidade
e destinada(s) ao DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA da
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, de acordo
com a seguinte discriminação:~~

~~1. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO~~

~~Atividades pertinentes à pesquisa, ensino no nível superior e
extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do
conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura e
atividades inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia,
coordenação e assistência na própria instituição, além de outras
previstas na legislação vigente.~~